

Projeto de Lei nº de 2007
(Do Sr. Jilmar Tatto)

Dispõe sobre a regulamentação
da profissão de Marinheiro de
Esportes e Recreio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei regulamenta a profissão dos Marinheiros de Esporte e Recreio.

Art. 2º. São considerados Marinheiros de Esporte e Recreio aqueles que possuam habilitação da Marinha do Brasil para condução de embarcações de esporte e recreio e exerçam a atividade profissionalmente.

Art. 3º. O exercício da profissão de Marinheiro de Esporte e Recreio será permitido a quem comprovar as seguintes condições:

I – possuir habilitação da marinha do Brasil para condução de embarcações;

II – ter concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único – Fica garantido um período de adaptação ao exigido no inciso II aos que já exerçam comprovadamente a profissão de Marinheiro de Esporte e Recreio na data de publicação desta lei.

Art. 4º São atribuições do Marinheiro de Esporte e Recreio:

I – comandar embarcações de esporte e recreio;

II – chefiar praça de máquinas de esporte e recreio;

III – trabalhar com segurança;

IV – imediatar embarcações de esporte e recreio;

V – transportar passageiros;

- VI – transportar cargas pertinentes às embarcações de esporte e recreio;
- VII – executar manobras e serviços nos convés;
- VIII – realizar manutenção preventiva e corretiva da praça de máquinas e do convés;
- IX – zelar pelas condições da embarcação.

Art. 5º Aos profissionais referidos na presente lei é assegurado o benefício de um seguro obrigatório, custeado pelo empregador, destinado à cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Proposições com este conteúdo tramitaram na legislatura passada, através de iniciativa das deputadas Telma de Souza (PT-SP) e Laura Carneiro (PFL-RJ), que se sensibilizaram com a situação desta importante categoria de trabalhadores. No entanto, como as proposições foram arquivadas nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno, ao término da legislatura, retomo à discussão e ao esforço para o reconhecimento dos direitos trabalhistas, das garantias e dignidade destes milhares de trabalhadores.

As atividades turísticas ligadas à navegação de esporte e recreio encontram-se em franca expansão, em nosso País. Somente no litoral paulista, atualmente, existem mais de dez mil trabalhadores exercendo, de fato, atividades para as quais a Marinha do Brasil exige habilitação específica para a condução de embarcações de esporte e recreio.

Mesmo trabalhando efetivamente como marinheiros de esportes e recreio, verifica-se que, na maioria das vezes, por falta de lei específica regulando sua profissão, que esses profissionais são registrados como empregados domésticos ou ajudantes, isto quando não são contratados informalmente, sem qualquer registro, o que os coloca à margem dos direitos básicos previstos na legislação trabalhista e previdenciária.

Essa situação, a toda a evidência, não pode continuar. É preciso se valorizar a classe de marinho de esporte e recreio, propiciando o exercício de suas atividades com maior segurança para a sociedade. E permitir que esse contingente de trabalhadores seja inserido no mercado formal de trabalho e tenham as suas atividades reconhecidas e dignificadas.

Pela relevância e alcance social da medida, esperamos contar com o apoio dos/as nobres colegas para vela aprovada de pronto.

Sala das Sessões, em 01 de março de 2006.

Deputado JILMAR TATTO
PT - SP